

## Carta Aberta pela revogação da reforma do ensino médio (Lei 13.415/2017)

No ano de 2003, que marcou o início do governo Lula, foi realizado em Brasília um seminário intitulado Ensino Médio: Ciência, Cultura e Trabalho, cujo propósito era debater e propor uma política de educação básica de nível médio, tendo no centro duas problemáticas: enfrentar a fragmentação curricular que sempre caracterizou esta etapa educacional e colocar no centro desse debate as juventudes que frequentam a escola pública no Brasil.

O evento representou um ponto de inflexão na busca por um novo projeto de ensino médio no Brasil, que fosse capaz de organizar a massificação improvisada dos períodos anteriores e de democratizar o currículo desta etapa de ensino. Afinal, o país havia passado de pouco mais de três milhões de matrículas no ensino médio no início dos anos 1990 para nove milhões em 2004! As perguntas centrais eram: qual ensino médio para essas juventudes? Que juventude é essa que passa a integrar a última etapa da educação básica?

Em termos de proposições, o que resultou daquele encontro – e contava com o respaldo de uma vasta produção de conhecimento – é que se estava diante da necessidade de construir um currículo menos fragmentado, mais integrado e capaz de permitir uma compreensão densa de um mundo cada vez mais complexo.

Em decorrência daquele debate, se seguiram algumas experiências no terreno da política educacional: em termos curriculares, adquiriu centralidade o eixo ciência, cultura, trabalho e tecnologia, compreendidos enquanto dimensões da vida em sociedade e da formação humana. A tentativa de reformulação curricular se fez presente nas novas diretrizes curriculares nacionais exaradas pelo Conselho Nacional de Educação (Resolução CNE n. 02/2012), no Programa Ensino Médio Inovador, no Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, dentre outras ações.

Na contramão de tudo o que vinha sendo encaminhado, temos hoje uma reforma do ensino médio que, em vez de integrar, desintegra. A reforma vigente no país foi apresentada como Medida Provisória (MP 746/2016) poucos meses após a ascensão de Michel Temer à Presidência da República, em consequência do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Com isso, o então presidente abortou o (ainda que insuficiente) processo de discussão sobre o ensino médio iniciado na Câmara dos Deputados em 2012. O uso do expediente autoritário da Medida Provisória para realizar uma reforma educacional foi criticado por entidades da sociedade civil organizada, mas também pelo então Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, que apresentou parecer ao Supremo Tribunal Federal, alegando a inconstitucionalidade da medida.

Ainda no ano de 2016, houve um intenso movimento de ocupações estudantis nas escolas de ensino médio e nas universidades públicas em 19 estados da federação, sendo alvos dos protestos a MP 746 e a PEC 241 do teto de gastos primários do governo de Michel Temer. O recado contra a proposição da reforma foi dado pela juventude brasileira.

Em 2017, a MP 746 foi convertida na Lei 13.415/2017, e o governo de extrema-direita eleito em 2018 aliou-se à reforma para aprovar os documentos legais que dariam sua sustentação normativa. Assim foi estruturado e executado o edital do novo Programa Nacional do Livro Didático – PNLD adaptado à Lei 13.415/2017, bem como aprovadas a Base Nacional Comum Curricular – BNCC e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – DCNEM em 2018.

Assim, desde 2016, a reforma do ensino médio assumiu a característica de projeto antipopular e de contornos autoritários. Sua implementação perpassou o governo ilegítimo de Michel Temer e ganhou continuidade natural no governo de extrema-direita e de viés conservador de Jair Bolsonaro, que ganhou as eleições após uma campanha eleitoral marcada pela desinformação.

Nem mesmo a pandemia de Covid 19 e a gestão federal desastrosa que resultou em 669 mil mortes no Brasil foram suficientes para frear os anseios reformistas, que se aproveitaram da suspensão das aulas presenciais para acelerar a aprovação de currículos estaduais sem a devida participação das comunidades escolares, em flagrante desrespeito ao princípio constitucional da gestão escolar democrática. A implementação da reforma do ensino médio pelos estados durante a pandemia revela mais uma de suas facetas perversas, impossibilitando o debate democrático, dificultando o controle social e aprofundando processos de precarização e privatização da educação pública.

Ao publicar a MP 746/2016, o governo Temer justificou a medida com três objetivos que seriam alcançados pela reforma: 1) tornar o Ensino Médio mais atrativo aos/as jovens, permitindo que estes/as possam escolher itinerários formativos diferenciados; 2) ampliar a oferta de ensino em tempo integral; 3) aumentar o aspecto profissionalizante do ensino médio.

No entanto, a implementação acelerada da reforma em estados como São Paulo desnuda a falácia sobre a necessidade de diminuir o número de disciplinas no ensino médio, uma vez que, com os itinerários formativos, criou-se um conjunto de novas disciplinas, sob a orientação de institutos e fundações da sociedade civil vinculados ao capital, enquanto as disciplinas ligadas aos campos científicos, culturais e artísticos tradicionais da docência profissional em nível médio foram eliminadas do currículo – num claro movimento de desmonte das possibilidades de formação científica e humanística da juventude que estuda nas escolas públicas.

A tão propalada liberdade de escolha por parte dos/as estudantes, uma das principais bandeiras de propaganda dos governos em defesa da reforma, tem se mostrado um engodo, visto que a escolha se restringe aos itinerários formativos disponibilizados pela

escola, que nunca abrangem a totalidade de possibilidades das redes de ensino.<sup>1</sup> Ainda que, para alguns/umas estudantes, a mudança de escola para cursar o itinerário desejado possa ser uma opção, isso não ocorre para a maioria, especialmente nos quase três mil municípios do país que possuem uma única escola pública de ensino médio.

Até aqui, todas as evidências apontam para um mesmo fato: o compromisso da atual reforma do ensino médio não é com a consolidação do Estado Democrático de Direito e nem com o combate às desigualdades sociais e educacionais no país. A reforma está serviço de um projeto autoritário de desmonte do Direito à Educação como preconizado na Constituição de 1988. De fato, os primeiros impactos concretos da implementação da reforma nos estados vão mostrando que a Lei 13.415/2017 vincula-se a um projeto de educação avesso à democracia, à equidade e ao combate das desigualdades educacionais, uma vez que ela:

1. Fragiliza o conceito de ensino médio como parte da educação básica, assegurado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, na medida em que esta etapa deixa de ser uma formação geral para todos. A incorporação do ensino médio na educação básica foi uma conquista recente do processo de democratização, e ainda não consolidada. Diante de um ensino secundário historicamente elitista, estratificado e propedêutico, a integração do ensino médio à educação básica foi uma medida importante para democratizar esta etapa, juntamente com a garantia de oferta de ensino noturno adequado às condições dos estudantes trabalhadores e da modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA, ambos negligenciados pela Lei 13.415/2017;
2. Amplia a adoção do modelo de Ensino Médio em Tempo Integral sem assegurar investimentos suficientes para garantir condições de acesso e permanência dos/as estudantes, excluindo das escolas de jornada ampliada estudantes trabalhadores/as e aqueles/as de nível socioeconômico mais baixo, bem como estimulando o fechamento de classes do período noturno e da EJA;
3. Induz jovens de escolas públicas a cursarem itinerários de qualificação profissional de baixa complexidade e ofertados de maneira precária em escolas sem infraestrutura. Evidência disso é o Projeto de Lei 6.494/2019, que tramita na Câmara dos Deputados e visa alterar a LDB, propondo o aproveitamento “das horas de trabalho em aprendizagem para efeitos de integralização da carga horária do Ensino Médio até o limite de 200 horas por ano”. Mais uma vez, o que se propõe é a interdição do acesso qualificado ao conhecimento científico, à arte, ao pensamento crítico e reflexivo para a imensa maioria dos/as jovens que estudam nas escolas públicas e que respondem por mais de 80% das matrículas do ensino médio no país;

4. Coloca em risco o modelo de ensino médio público mais bem-sucedido e democrático do país: o Ensino Médio Integrado praticado pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Trata-se de um modelo que adota cotas sociais e raciais de ingresso desde 2012 e que apresenta resultados excelentes em avaliações de larga escala, como o PISA. Seu centro organizador é a integração entre uma Formação Geral Básica fundada nos princípios do trabalho, ciência, cultura e tecnologia e a Educação Profissional de Nível Técnico. A Lei 13.415/2017 rebaixa a educação profissional à condição de “itinerário formativo”, dissociando a formação geral básica da educação profissional;
5. Aumenta consideravelmente o número de componentes curriculares e acentua a fragmentação. Uma das justificativas para a reforma do ensino médio era justamente a necessidade de diminuir o número de disciplinas escolares obrigatórias. Contudo, a implementação da reforma nos estados vem realizando exatamente o contrário. Embora existam variações entre as redes estaduais, no estado de São Paulo – a título de exemplo – o 2º ano do ensino médio em 2022 possui 20 componentes curriculares;
6. Desregulamenta a profissão docente, o que se apresenta de duas formas: 1) construção de itinerários formativos que objetivam a aquisição de competências instrumentais, desmontando a construção dos conhecimentos e métodos científicos que caracterizam as disciplinas escolares em que foram formados/as os/as docentes, desenraizando a formação da atuação profissional; e 2) oferta das disciplinas da educação profissional por pessoas sem formação docente e contratadas precariamente para lidar com jovens em ambiente escolar. Tudo isso fere a construção de uma formação ampla e articulada aos diversos aspectos que envolvem a docência – ensino, aprendizagem, planejamento pedagógico, gestão democrática e diálogo com a comunidade;
7. Amplia e acentua o processo de desescolarização no país, terceirizando partes da formação escolar para agentes exógenos ao sistema educacional (empresas, institutos empresariais, organizações sociais, associações e indivíduos sem qualificação profissional para atividades letivas). Uma das dimensões desse problema é a possibilidade de ofertar tanto a formação geral quanto a formação profissionalizante do ensino médio a distância, o que transfere a responsabilidade do Estado de garantir a oferta de educação pública para agentes do mercado, com efeitos potencialmente catastróficos para a oferta educacional num país com desigualdades sociais já tão acentuadas;

8. Compromete a qualidade do ensino público por meio da oferta massiva de Educação a Distância – EaD. A experiência com o ensino remoto emergencial durante a pandemia da Covid-19 demonstrou a imensa exclusão digital da maioria da população brasileira, que impediu milhões de estudantes das escolas públicas de acessarem plataformas digitais e ambientes virtuais de aprendizagem. As mesmas ferramentas utilizadas durante a pandemia estão agora sendo empregadas pelos estados na oferta regular do ensino médio, precarizando ainda mais as condições de escolarização de estudantes mais pobres;
9. Segmenta e aprofunda as desigualdades educacionais – e, por extensão, as desigualdades sociais –, ao instituir uma diversificação curricular por meio de itinerários formativos que privam estudantes do acesso a conhecimentos básicos necessários à sua formação, conforme atestam pesquisas comparadas que analisaram sistemas de ensino de vários países;<sup>2</sup>
10. Delega aos sistemas de ensino as formas e até a opção pelo cumprimento dos objetivos, tornando ainda mais distante a consolidação de um Sistema Nacional de Educação, como preconiza o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei 13.005/2014).

Pelas razões acima expostas, é fundamental que o próximo governo do campo democrático **REVOGUE A REFORMA DO ENSINO MÉDIO** e abra um amplo processo de discussão sobre esta etapa da educação básica apoiado nos princípios estabelecidos na LDB de 1996 e nas discussões e construções teóricas acumuladas no campo progressista e democrático, de forma que qualquer mudança seja respaldada em um processo **participativo e democrático**.

Brasil, 08 de junho de 2022.

### **Elaboraram esta Carta:**

- » Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as – ABPN
- » Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação – Fineduca
- » Associação Nacional de Política e Administração da Educação – Anpae
- » Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED
- » Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – Anfope
- » Campanha Nacional pelo Direito à Educação
- » Centro de Estudos Educação e Sociedade – Cedes

- » Fórum Nacional de Diretores e Diretoras de Faculdades, Centros, Departamentos de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras – ForumDir
- » Rede Escola Pública e Universidade – REPU
- » Rede Nacional EMpesquisa – Pesquisas sobre Ensino Médio

### **Também assinam esta Carta:**

- » Ação Educativa
- » Associação Brasileira de Alfabetização – ABAlf
- » Associação Brasileira de Currículo – ABdC
- » Associação Brasileira de Editores Científicos – ABEC Brasil
- » Associação Brasileira de Ensino de Biologia – SBEnBio
- » Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais – Abecs
- » Associação Brasileira de Ensino de História – ABEH
- » Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET
- » Associação Brasileira de História Oral – ABHO
- » Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos – ABGLT
- » Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências – Abrapec
- » Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial – ABPEE
- » Associação Brasileira de Prevenção da Evasão na Educação Básica, Profissional e Superior – Abapeve
- » Associação de Docentes da Universidade de São Paulo – Adusp
- » Associação de Docentes da Universidade Federal do ABC – ADUFABC
- » Associação de Docentes da Universidade Federal do Acre – ADufac
- » Associação de Docentes do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – ADCEFET-RJ
- » Associação de Servidores do Instituto Nacional de Educação de Surdos – Assines-SSind
- » Associação dos Docentes da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – ADUFMS

- » Associação dos Docentes da Universidade de Brasília – ADUnB
- » Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – AdUEMS
- » Associação dos Docentes da Universidade Federal de São Paulo – Adunifesp
- » Associação dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe – Adufs
- » Associação dos Docentes da Universidade Federal do Piauí – ADUFPI
- » Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro – AdUFRJ
- » Associação dos Docentes do Ensino Superior da Faetec/RJ – ADES Faetec
- » Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná – APUFPR
- » Associação dos Professores de Ensino Superior de São João del-Rei – ADUFSJ
- » Associação dos Profissionais da Educação de São Caetano do Sul/SP – Aspescs
- » Associação dos/as Professores/as de Filosofia e Filósofos/as do Brasil – Aproffib
- » Associação dos/as Professores/as de Filosofia e Filósofos/as do Estado de São Paulo – Aprofesp
- » Associação Nacional de História – Anpuh Brasil
- » Associação Nacional de História, seções Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte
- » Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia – Anpege
- » Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia – Anpof
- » Associação Nacional de Pós-Graduandos – ANPG
- » Associação Nacional de Travestis e Transexuais – Antra
- » Associação Nacional Rede de Pesquisadores e Pesquisadoras da Juventude Brasileira – Rede JUBRA
- » Associação Profissional dos Sociólogos do Estado do Rio de Janeiro – Apserj
- » Casulo: Pesquisa e Educação em Ciências e Biologia – UFSC
- » Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB
- » Central Única dos Trabalhadores – CUT
- » Centro de Cultura Luiz Freire – CCLF/PE
- » Centro de Referência de Estudos da Infância e da Adolescência – Creia/UFMS
- » Centro de Referência Negra Lélia Gonzales – Crenlego
- » Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte – CBCE
- » Coletivo Apeoesp na Escola e na Luta – Apeoesp, subsede Mogi Mirim

- » Coletivo de Educadores Populares do Vale do Ribeira/SP/PR
- » Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação – Colemarx/UFRJ
- » Coletivo de Mulheres pela Educação/AM
- » Coletivo de Trabalhadoras e Trabalhadores em Educação Professora Adélia de França/ PB
- » Coletivo Docentes pela Democracia
- » Coletivo Educacional de Mulheres Maria Lacerda de Moura Mogi Guaçu/SP
- » Coletivo Nacional de Educação da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – Conaq
- » Coletivo Universitário de Pesquisa em Representação Social, Narrativas [auto(bio)gráficas] e Argumentação em Educação em Ciências – Ressonar/UFRB
- » ConecTAR: Estudos e Pesquisas em Ensino de Ciências e Biologia – UFOP
- » Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal – Confetam
- » Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE
- » Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – Contee
- » Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag
- » Divisão de Ensino de Química da Sociedade Brasileira de Química – SBQ
- » Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – Proifes Federação
- » Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil – Fasubra Sindical
- » Federação dos Professores do Estado de São Paulo – Fepesp
- » Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul – Fetems
- » Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino no Estado do Rio de Janeiro – Feteerj
- » Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Estado do Ceará – Fetamce
- » Federação Interestadual de Trabalhadores em Educação Pública – FITE
- » Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico – Fenet
- » Federação Nacional dos Sociólogos – FNS-B
- » Fórum da Frente Educação e Vacina do Piauí

- » Fórum de Professoras e Professores de Sociologia e Filosofia do Rio de Janeiro
- » Fórum Distrital de Educação/DF
- » Fórum Estadual de Educação da Paraíba – FEE/PB
- » Fórum Estadual de Educação do Maranhão – FEE/MA
- » Fórum Estadual de Educação do Rio Grande do Norte – FEE/RN
- » Fórum Estadual Popular de Educação de Santa Catarina – FEPE/SC
- » Fórum Estadual Popular de Educação do Espírito Santo – FEPE/ES
- » Fórum Internacional Fontié ki Kwaze – Fronteiras Cruzadas – USP
- » Fórum Nacional de Coordenadores Institucionais do Pibid e Residência Pedagógica – Forpibid-RP
- » Fórum Nacional de Educação do Campo – Fonec
- » Fórum Permanente das Licenciaturas UFPR
- » Fórum Permanente de Políticas Educacionais da UFABC
- » Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade
- » Fóruns de EJA do Brasil
- » Frente de Cursinhos Populares
- » Frente em Defesa da Educação de Juiz de Fora/MG e Região dos Lagos/RJ
- » Grupo Biosofia: Pesquisas e Estudos em Filosofia – URI/RS
- » Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Não Formal e Divulgação da Ciência – Geenf/FEUSP
- » Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Formação de Professores e Processos Educativos – Gepefoppe/IFC
- » Grupo de Estudo e Pesquisa em Política Educacional e Gestão Escolar – Gepepege/Unifesp
- » Grupo de Estudos de Políticas Públicas para o Ensino Médio – Geppem/UFRGS
- » Grupo de Estudos Direito à Educação, Políticas Educacionais e Escola – DiEPEE/UFABC
- » Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Infantil e Teoria Histórico-Cultural (Unesp Araraquara)
- » Grupo de Estudos e Pesquisa em Estado, Política e Gestão Educacional – Unemat
- » Grupo de Estudos e Pesquisa em Política e Gestão Educacional – UFMA
- » Grupo de Estudos e Pesquisa Ensino de Química e Sociedade – Gepeqs/UESB

- » Grupo de Estudos e Pesquisa Escola, Currículo e Conhecimento – ECCo/USP
- » Grupo de Estudos e Pesquisa Horizontes Compreensivos na Educação em Ciências e Química – GEPHCECQ/UFGD
- » Grupo de Estudos e Pesquisa Políticas Educacionais e Formação de Professores – Geppef/UFGD
- » Grupo de Estudos e Pesquisas Educação e Crítica Social – Gepecs/Unicamp
- » Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura, Diversidade e Educação – Unifesp
- » Grupo de Estudos e Pesquisas em Didática e Formação Docente – UFC
- » Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Continuada – Unicamp
- » Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Discursos e Sociedade – Gepeds/Ufersa
- » Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidade e Relações Étnico-raciais – Acuendações/UESB
- » Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Trabalho e Educação – UFDPAr
- » Grupo de Estudos e Pesquisas em Gesto, Expressão e Educação – GEPGEE/USP
- » Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional (Greppe) – Unicamp/Unesp Rio Claro/USP-RP
- » Grupo de Estudos e Pesquisas em Política, Formação Docente e Práticas Educativas – Geppope/UFU
- » Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Curriculares – GEPPC/UFPB
- » Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais e Juventude – Gepej/UFG
- » Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, Currículo e Práticas Pedagógicas Escolares – GEPECPE/UFES
- » Grupo de Estudos e Pesquisas em Práticas Educativas – Mediar/Unioeste-PR
- » Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Superior – Gepes/UPF
- » Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Infâncias, Juventudes e Famílias – Gepijuf/UFMS
- » Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação – Gepte/UFPA
- » Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Estado, Sociedade e Educação – UFAL
- » Grupo de Estudos em Cultura, Educação e Infância – EnlaCEI/UFMG
- » Grupo de Estudos em Educação em Ciências, Matemática e Sexualidade – Gecimas/UFABC

- » Grupo de Estudos Trabalho, Saúde e Subjetividade – Netss/Unicamp
- » Grupo de Pesquisa Diferenças e Interculturalidades no Ensino de História – Diferir/UFRJ
- » Grupo de Pesquisa e Extensão Áfricas nas Artes – UFRB
- » Grupo de Pesquisa Educação Profissional e Tecnológica – IFS
- » Grupo de Pesquisa Educação, Política, Indivíduo e Sociedade: leituras a partir da Pedagogia, da Psicologia e da Filosofia – EPIS/UFBA
- » Grupo de Pesquisa Educação, Trabalho e Docência – GTED/FURG
- » Grupo de Pesquisa em Educação Química – Gepeq/USP
- » Grupo de Pesquisa em Educação Química da UEM – GPEQUEM
- » Grupo de Pesquisa em Ensino Concreto de Ciências – ENCONCIENCIAS/UFBA
- » Grupo de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Diferenças – UFMS
- » Grupo de Pesquisa em Política e Gestão Educacional – UFCCG
- » Grupo de Pesquisa Espaço, Tempo e Educação – GPETE/UFRS
- » Grupo de Pesquisa Estado, Políticas Públicas e Educação Profissional – IFPR
- » Grupo de Pesquisa Filosofia, Cultura e Educação – Filjem/UFSC
- » Grupo de Pesquisa Gênero, Corpo, Sexualidade e Educação – Gpecs/UFU
- » Grupo de Pesquisa Gêneros, Sexualidades e Diferenças – Gesdi/UERJ
- » Grupo de Pesquisa Gestão de Políticas Públicas – UFPR
- » Grupo de Pesquisa Juventudes, Culturas e Formação – GPEJUV/UFAL
- » Grupo de Pesquisa Linguagem na Ciência e no Ensino – Lince/USP-RP
- » Grupo de Pesquisa Metamorfoses no Mundo do trabalho – GPMT/Unicamp
- » Grupo de Pesquisa Mundo do Trabalho e Teoria Social – UnB
- » Grupo de Pesquisa Mundos do Trabalho na Amazônia – GPMTA/UFAC
- » Grupo de Pesquisa Práticas Educativas, Memórias e Oralidades – Pemo/UECE
- » Grupo de Pesquisa Problemática Urbana e Ambiental – Unicamp
- » Grupo de Pesquisa Surdez e Abordagem Bilíngue – GPSABilíngue/UFSCar
- » Grupo de Pesquisa Territórios, Educação Integral e Cidadania – TEIA/UFMG
- » Grupo de Pesquisa Trabalho e Direitos Humanos – Nutss/UFF
- » Grupo de Pesquisa Trabalho e Educação – USP
- » Grupo de Pesquisa Trabalho e Práxis – UFES

- » Grupo de Pesquisa Trabalho Educação e Sociedade – GPTES/UFU
- » Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Trajetórias Sociais – UFAC
- » Grupo de Trabalho Sociologia da Juventude, Sociedade Brasileira de Sociologia
- » Grupo Ensino Médio em Pesquisa – EMPesquisa/Unicamp
- » Grupo Escola Pública e Democracia – Gepud/Unifesp
- » Laboratório de Análise de Políticas e Gestão da Educação – Lapge/UFU
- » Laboratório de Estudos de Gênero, Educação e Sexualidades – Legesex/UFRRJ
- » Laboratório de Estudos, Pesquisa e Extensão no Ensino Médio – Lepeem/IFCE
- » Laboratório de Pesquisa do Aprendizado em Química – USP
- » Laboratório de Pesquisa em Experiências de Formação e Narrativas de SI – LapenSI/UFMG
- » Laboratório-Ateliê de Práticas, Experimentações Pedagógicas e Narrativas sobre Ensino de Geografia e Docência – LABGeoDoc/UFMG
- » Levante Popular da Juventude
- » Movimento Brasil Popular
- » Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos – MTD
- » Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST
- » Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil – Mieib
- » Movimento Negro Unificado – MNU
- » Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT da UFMG – NUH/UFMG
- » Núcleo de Estudos de Gênero, Relações Étnico-raciais, Aprendizagens e Saberes – NEGRAS/Ufersa
- » Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Sociedade – Uespi
- » Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ensino de Ciências – Nepec/UFABC
- » Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas e Gestão da Educação – UFPI
- » Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais – NEPE/UFES
- » Núcleo de Estudos Trabalho e Sociedade – NETS/UFRJ
- » Núcleo de Pesquisa em Desigualdades Educacionais – Nupede/UFMG
- » Núcleo de Pesquisa em Didática e Conceituação em Ciências – Nupedicc/UFRPE
- » Núcleo de Pesquisa em Ensino de Ciências – Nupec/UFG
- » Observatório da Educação Básica – UFMT

- » Observatório da Educação Profissional e Tecnológica – IF Sul/RS
- » Observatório da Educação: Violência, Inclusão e Direitos Humanos – Unifesp
- » Observatório da Juventude – UFMG
- » Observatório da Laicidade na Educação – OLÉ/UFF
- » Observatório do Conhecimento
- » Observatório do Ensino Médio – UEL
- » Observatório do Ensino Médio – UFPR
- » Observatório do Ensino Médio do Rio Grande do Sul
- » Oposição Sindical à direção do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas – Sinteam
- » Organização Paulista de Arte Educação – OPAE
- » Paideuma: Grupo de Estudos Clássicos e Educação – USP
- » Programa Ações Afirmativas na UFMG
- » Rede Brasileira de História Pública
- » Rede CEGeT de Pesquisadores – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho
- » Rede de Ensino, Pesquisa e Extensão da Educação Profissional e Tecnológica Pública da Bahia – REDEEPT UFBA/UFRB/UNEB/IFBA/IF Baiano
- » Rede Emancipa de Educação Popular
- » Rede Latino-Americana de Estudos sobre Trabalho Docente – Rede Estrado
- » Rede Nacional de Operadores de Segurança Pública LGBTI+
- » Sindicato Campo-Grandense dos Profissionais da Educação Pública ACP-MS
- » Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo – Udemo
- » Sindicato dos Docentes em Instituições Federais de Ensino Superior dos Municípios de São Carlos, Araras, Sorocaba e Buri – ADUFSCar
- » Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação do Estado de São Paulo – Afuse
- » Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior da Bahia – APUB Sindicato
- » Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina – APUFSC
- » Sindicato dos Professores de Campinas e Região – Sinpro Campinas

- » Sindicato dos Professores de Guarulhos – Sinpro Guarulhos
- » Sindicato dos Professores de São Paulo – SinproSP
- » Sindicato dos Professores do ABC – Sinpro ABC
- » Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – Apeoesp, sedes Bauru, Cotia, Franco da Rocha, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itaquera, Jaú, Leste/Tatuapé, Litoral Sul, Mauá, Mogi das Cruzes, Oeste/Lapa, Osasco, Ourinhos, Poá/Ferraz de Vasconcelos, Ribeirão Pires, Ribeirão Preto, Salto, Santo André, São Bernardo do Campo, São Carlos, São Miguel Paulista, Sorocaba, Sul/Santo Amaro, Sumaré/Hortolândia e Suzano
- » Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região – Sinpro-Rio
- » Sindicato dos Professores e Pedagogos do Ensino Público da Educação Básica do Município de Manaus – Asprom/Sindical
- » Sindicato dos Professores no Distrito Federal – Sinpro/DF
- » Sindicato dos Professores(as) e Funcionários(as) de Escola do Estado do Rio Grande do Sul – CPERS Sindicato
- » Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo – Sinpeem
- » Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II – Sindscope
- » Sindicato dos Servidores Públicos em Educação no Amapá – Sinsepeap
- » Sindicato dos Servidores Públicos Lotados nas Secretarias de Educação e de Cultura do Estado do Ceará e nas Secretarias ou Departamentos de Educação – Apeoc
- » Sindicato dos Supervisores de Ensino do Magistério Oficial no Estado de São Paulo – Apase
- » Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Estado do Piauí – Sinte-PI
- » Sindicato dos Trabalhadores do CEETEPS, do Ensino Público Estadual Técnico, Tecnológico e Profissional do Estado de São Paulo – Sinteps
- » Sindicato dos Trabalhadores do Instituto Federal do Rio de Janeiro – SintifRJ
- » Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras em Educação Pública do Pará – Sintepp
- » Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado da Paraíba – Sintep-PB
- » Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Maranhão – Sinproesemma

- » Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica do Estado de Sergipe – Sintese
- » Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública do Rio Grande do Norte – Sinte/RN
- » Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas – Sinteal
- » Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás – Sintego
- » Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina – Sinte-SC
- » Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia – APLB Sindicato
- » Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Pernambuco – Sintepe
- » Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Roraima – Sinter
- » Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Acre – Sinteac
- » Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas – Sinteam
- » Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia – Sintero
- » Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado do Tocantins – Sintet
- » Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo – Sindiupes
- » Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná – APP Sindicato
- » Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso – Sintep-MT
- » Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro – Sepe-RJ
- » Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – Sinasefe
- » Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – Sinasefe, seções Mossoró/RN, Natal e São Paulo
- » Sindicato Único dos Trabalhadores de Educação de Minas Gerais – Sind-UTE/MG
- » Sociedade Brasileira de Educação Matemática – SBEM
- » Sociedade Brasileira de Ensino de Química – SBEnQ
- » Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS
- » União de Núcleos de Educação Popular para Negros e Classe Trabalhadora – UNEafro Brasil
- » União Nacional dos Estudantes – UNE

## Notas

- 1 REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE. *Novo Ensino Médio e indução de desigualdades escolares na rede estadual de São Paulo* [Nota Técnica]. São Paulo: REPU, 02 jun. 2022. Disponível em: <[www.repu.com.br/notas-tecnicas](http://www.repu.com.br/notas-tecnicas)>.
- 2 FERREIRA, Eliza Bartolozzi; SANTOS, Kefren Calegari dos & GONÇALVES, Thalita. A política do NEM no Espírito Santo: o que dizem os documentos nos seus contextos local e global. In: KORBES, Cleci *et al.* (Orgs.). *Ensino Médio em pesquisa*. Curitiba: CRV, 2022. p. 33-46.